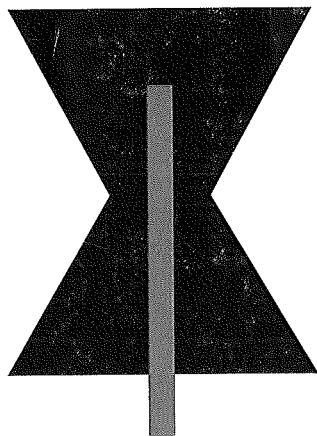


CADERNOS CONDIÇÃO FEMININA

Universidade de Verão

ACTAS

EM BUSCA DE
UMA PEDAGOGIA
DA IGUALDADE



HACIA UNA
PEDAGOGIA
DE LA IGUALDAD



COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

BREVES PALAVRAS A PROPÓSITO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES NOS PROGRAMAS DE HISTÓRIA DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

IRENE VAQUINHAS *

Introdução

Que lugar ocupam as mulheres nos programas de história dos ensinos básico e secundário? Que protagonismo se lhes atribui? Que imagens é que estes veiculam do sexo feminino? Que identidade social ajudam, enfim, a construir? Estas e outras são algumas questões que convém colocar aos programas oficiais de história actualmente em vigor.

Com efeito, os programas escolares pelo discurso que veiculam nunca são neutros. Pelos textos escolhidos ou por aqueles que se ocultam, pelos factos que se evocam ou por aqueles que se silenciam, os programas escolares e os seus órgãos privilegiados de difusão, os manuais, são um dos principais vectores dos valores que transmite a instituição escolar ⁽¹⁾. «Lugar funcional de memória», como qualifica Sérgio Campos Matos ⁽²⁾, a sua influência não é dispicienda na formação mental dos jovens, na reprodução de tradições culturais e ideológicas, na difusão de sistemas de valores e representações míticas do passado, ajudando a construir esse vasto património que é a memória colectiva de todos nós. O historiador Marc Ferro expressa com clareza esta influência, ao afirmar: «Não nos iludamos. A imagem que temos dos outros povos ou de nós próprios está associada à história que nos foi contada em criança. Ela marca-nos para toda a vida» ⁽³⁾.

E, na verdade, quem tendo sido criança no tempo do Estado Novo não se recorda da história que aprendeu nos liceus? Factos, datas, figuras esparsas de um panteão onde uma galeria de mulheres ilustres empar-

* Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

ceirava com os heróis da história (4). D. Filipa de Lencastre, D. Luísa de Gusmão, a padeira de Aljubarrota... As patriotas, as mães exemplares, mas também as vilãs. D. Leonor Teles, a duquesa de Mântua.. Figuras estereotipadas, maniqueístas, reduzidas a um quadro de honra de virtudes morais. Mas por detrás destes retalhos de memórias, dessas abstrações tantas vezes historicamente inconsistentes, os perfis das mulheres ilustres serviam os valores que se pretendiam inculcar: o culto da pátria, a importância da família, o império.

Passados 20 anos sobre o 25 de Abril de 1974, restabelecida a democracia e alterados os objectivos da história oficial que substituiu o culto da pátria pelo da Europa, o ideal nacionalista pelo internacionalista ou pacifista, a importância da família pelo respeito pela identidade de outros povos, o totalitarismo pela formação cívica dos cidadãos, que lugar ocupam as mulheres na história que hoje se ensina?

É o que se procurará responder a partir de uma pesquisa sobre os programas de *História* e de *História e Geografia de Portugal* actualmente em vigor destinados ao ensino secundário e aos 2º e 3º ciclos do ensino básico (5).

As mulheres nos programas oficiais de história

Análises dos programas escolares ou dos próprios manuais não são muito frequentes em Portugal (6). Ainda menos representativas são as análises que tenham em consideração as relações de género (7), não obstante a condição das mulheres e o feminismo constituir actualmente uma das preocupações da investigação sobre este tipo de documentação em outros países (8).

Os programas oficiais de história possibilitam, porém, uma aproximação a diversos temas particulares, entre os quais aquele que nos propomos estudar: a visibilidade ou invisibilidade das mulheres.

Através de uma análise quantitativa e qualitativa dos conteúdos, dos conceitos ou noções básicas considerados relevantes, das técnicas e actividades propostas ou das sugestões biográficas e bibliográficas aconselhadas torna-se possível apreender o peso específico deste tema no *corpus* programático, bem como o eventual impacte das novas investigações da história das mulheres nas matérias ministradas.

Tendo, pois, em conta estes critérios metodológicos, a primeira impressão que se colhe de uma leitura dos programas oficiais de história é a de uma confrangedora penúria de temas, métodos e problemáticas da história das mulheres. Quase se poderia dizer, a avaliar pela subre-

presentatividade patenteada, que as mulheres não intervêm no processo histórico, não se lhe atribuindo qualquer protagonismo social, a não ser num caso pontual que adiante se explicitará. O pendor «economicista» e político dos programas, em detrimento do social, ajuda a explicar esta marginalização que pode ser quantificada em termos numéricos.

No quadro geral de conteúdos, não há um único tema que contemple assuntos, directa ou indirectamente, relacionados com a história das mulheres. A nível dos subtemas, apenas 3 (3,2%) dos 94 propostos para os vários níveis de ensino abordam aspectos da matéria em causa (Quadro I).

Quadro I

Repartição das matérias afins à história das mulheres

	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino secundário		Total	
	2º Ciclo		3º Ciclo		Nº	%	Nº	%
	Nº	%	Nº	%				
N.º Temas	0		0		0		0	
Nº Subtemas	1	5,3	1	2,9	1	2,4	3	3,2
Nº Conceitos/noções básicas	0		1	0,42	6	1,7	7	0,9
Nº Aulas previstas	10	6,7	8	3,6	25	7,6	43	6,1

Correspondendo um subtema a cada ciclo da estrutura curricular, a sua repartição, relativamente à totalidade dos subtemas é a seguinte: 5,3% e 2,9% no ensino básico (respectivamente 2º e 3º ciclos) e 2,4% no ensino secundário. O número de aulas que lhe são consagradas reflecte a fraca importância atribuída a este domínio historiográfico: 43 (6,1%) para um total de 703 (Quadro II).

Quadro II

Aproximação quantitativa aos programas de história

	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino secundário		Total	
	2º Ciclo		3º Ciclo		Nº	%	Nº	%
	Nº	%	Nº	%				
N.º Temas	3	11,5	11	42,3	12	46,2	26	100
Nº Subtemas	19	20,2	34	36,2	41	43,6	94	100
Nº Conceitos/noções básicas	168	22,3	238	31,5	349	46,2	755	100
Nº Aulas previstas	150	21,3	223	31,7	330	46,9	703	100

Apesar de baixos, estes valores estão ainda sobrevalorizados, uma vez que nos subtemas indicados e que, em média, têm três alíneas, apenas numa única se analisam matérias especificamente concernentes à história das mulheres.

Sob o ponto de vista dos conceitos e noções básicas considerados essenciais, o panorama não é mais animador. Dos 755 indicados para os três níveis de ensino, apenas 7 (0,9%) são afins a esta temática, tendo ainda a particularidade de serem propostos para os últimos ciclos (Quadro III).

Quadro III

Título dos conceitos e noções básicas afins à história das mulheres

Ensino Básico (3º Ciclo)	Ensino Secundário
Feminismo	Miscigenação
	«Casados»
	Taxa de natalidade
	Taxa de nupcialidade
	Feminismo
	Controlo de natalidade

Situação que é inversa à das personalidades referenciadas ou àquelas cujas biografias é sugerida, em que a única mulher mencionada é-o apenas no programa de *História e Geografia de Portugal* do 2º ciclo do ensino básico. Trata-se de D. Beatriz, filha de D. Fernando, cuja inclusão no programa se deve unicamente ao problema dinástico provocado pelo seu casamento com o rei de Castela e que conduziu à crise de 1383-1385 (Quadro IV).

As biografias de mulheres não têm, pois, qualquer destaque nos programas de história. Em contrapartida, o rol das figuras masculinas integra 47 personalidades dos mais diversos quadrantes políticos e ideológicos, desde D. Afonso Henriques a Oliveira Salazar, passando por Leonardo da Vinci, Picasso ou Che Guevara.

Entrando na especialidade e passando à análise dos conteúdos das matérias propostas, são os seguintes os subtemas que, embora genéricos na sua formulação, levantam questões que contemplam problemas da diferença de sexo ou género: «A população portuguesa no limiar do século XXI» (2º ciclo do ensino básico), «Sociedade e cultura num mundo em mudança» (3º ciclo do ensino básico) e «A crise dos valores e as grandes rupturas no pensamento e na arte» (ensino secundário) (Quadro V).

Quadro IV

Personagens masculinos e femininos referidos nos programas de História

Ensino Básico (2º Ciclo)		Ensino Básico (3º Ciclo)	Ensino Secundário
Masculinos	Femininos	Masculinos	Masculinos
D. Afonso Henriques	D. Beatriz	D. João II	Sócrates
D. Diniz		Leonardo da Vinci	Augusto
D. Fernando		Copérnico	Bartolomeu de las Casas
Mestre de Aviz		Damião de Góis	Fernão Mendes Pinto
Nuno Álvares Pereira		Fernão Mendes Pinto	São Francisco Xavier
Álvaro Pais		Marquês de Pombal	Gaspar Correia
João das Regras		António José da Silva	Damião de Góis
D. Pedro I		Bartolomeu de Gusmão	Churchill
Infante D. Henrique		Ribeiro Sanches	Che Guevera
D. João II		Oliveira Salazar	De Gaulle
Vasco da Gama		Picasso	Mao Zedong
Pedro Álvares Cabral		Amadeu de Sousa Cardoso	
D. Sebastião			
Cardeal D. Henrique			
D. António Prior do Crato			
D. João IV			
Filipe II de Espanha			
D. João V			
Marquês de Pombal			
Manuel Fernandes Tomás			
António José de Almeida			
Afonso Costa			
Salazar			

Se no 1º subtema se dá particular relevo às características demográficas da população portuguesa de meados deste século, nos restantes são as alterações dos códigos sociais e morais, os novos comportamentos demográficos e sexuais, a emancipação da mulher e as modificações da estrutura familiar que são evidenciados. «Composição da população por idade e sexo», «taxa de natalidade», «nupcialidade», «feminismo» e «controlo da natalidade» são as palavras-chave que ajudam a clarificar os conteúdos propostos, tendo estes como característica comum o facto de se reportarem exclusivamente ao século XX (Quadro III).

Quadro V

Título dos subtemas afins à história das mulheres

Ensino Básico (2º e 3º ciclos);

A população portuguesa no limiar do século XXI

- a) A evolução da população portuguesa. As variações da mortalidade e da natalidade. A mobilidade da população.
- b) Características da população portuguesa. Composição por idade e por sexo.

Sociedade e cultura num mundo em mudança

- a) Mutações na estrutura social e nos costumes. Peso crescente das classes médias; alterações do código social e moral; a emergência da cultura de massas.

Ensino secundário:

A crise dos valores e as grandes rupturas no pensamento e na arte

- a) O rompimento dos equilíbrios e dos valores tradicionais. A emancipação da mulher e as alterações da estrutura familiar. Novos comportamentos demográficos e sexuais. A queda de influência da família e da Igreja como agentes de regulação social.

Apesar de modesto e sem peso significativo no cômputo geral da programação, esta concessão à história das mulheres pela via do feminismo merece algumas considerações. Com efeito, se por um lado tem a vantagem de sublinhar como as lutas feministas forçaram as sociedades democráticas e industriais a integrar as mulheres nos seus campos respectivos, por outro lado tem o inconveniente de confundir a história das mulheres com a história do feminismo, convertendo o sexo feminino em mero agente de um único momento histórico.

Esta confusão é, aliás, característica da fase inicial ou «pioneira» dos «women studies», os anos 60-70, marcados pelo militantismo feminista. Reagindo contra a ignorância e o injusto esquecimento a que as mulheres eram votadas, estes primeiros estudos «militantes» procuravam inserir as mulheres no campo da disciplina histórica de onde tinham sido arredadas, enquanto, em simultâneo, tentavam demonstrar a opressão e a exploração. Neste contexto particular em que os factores políticos e ideológicos foram determinantes, a história das mulheres confunde-se com a do feminismo, integrando-se nas histórias gerais como um «parágrafo», como um «capítulo suplementar» que, não questionando verdadeiramente o conceito de diferença de sexos, não modifica, em nada, o conjunto. É esta perspectiva que está, pois, aqui presente.

Ora, a história das mulheres não é simplesmente a evolução e transformação de uma condição, nem tão redutora que se restrinja aos combates do feminismo. É necessário ter em conta, ao longo de todo o processo histórico, a participação feminina, por mínima que seja, na vida económica, social, cultural etc. Mas como ser sensível a estas questões se a bibliografia aconselhada não faz qualquer referência a obras ou revistas que divulgam esta problemática?

Com efeito, com excepção da obra *Histoire de la vie privée*, dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby (9), que pontualmente aflora alguns aspectos da condição das mulheres não é feita qualquer alusão, nas sugestões bibliográficas, à grande produção historiográfica que neste domínio se tem ultimamente feito. Quando se pensa nos numerosos trabalhos realizados ou em curso nas universidades, em obras consagradas como a *Histoire des femmes en Occident* (10), ou nos colóquios organizados no nosso País como é o caso das *Mulheres em Portugal e A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais* (11), não se pode deixar de lamentar que toda esta produção passe à margem da historiografia oficial e que não contribua para ajudar a redefinir o lugar dos homens e das mulheres na sociedade.

Enfim, como remate a esta breve incursão através dos programas de história dos ensinos básico e secundário uma conclusão se pode desde já retirar: a ausência da diferença de sexos como uma das forças explicativas do fenómeno histórico o que, na prática, se traduz na marginalização das mulheres, na sua exclusão como agente significativo do processo histórico.

As questões de género não são consideradas relevantes o que quer dizer que a especificidade feminina não foi tomada em linha de conta. Poder-se-á argumentar, como tantas teorias históricas, filosóficas e sociológicas o têm feito, que o saber é neutro, não marcadamente sexual, e que o objecto do discurso histórico é o homem, ou melhor, a humanidade no seu todo. Porém, tal como tantos estudos têm demonstrado, a «pseudo-neutralidade do conhecimento transmitido pela escola serve para encobrir e perpetuar o arquétipo dominante – masculino, claro!», como afirma Clara Lourenço numa tese de mestrado (12).

Questionados os programas de história, posta em causa a sua suficiência para transmitir o conhecimento histórico com o carácter de universalidade que supostamente tem, como é possível, à luz das novas metodologias da *história das mulheres* que implicam a dialéctica masculino-feminino, «reescrever» a história (13)? Questão difícil e de resposta complexa.

Reescrever a história? Algumas hipóteses de trabalho

A historiadora Gianna Pomata, debatendo-se com uma problemática semelhante, apresenta num artigo publicado na revista *Quaderni Storici* algumas soluções ⁽¹⁴⁾. Tomando como modelo teórico duas obras já clássicas no âmbito dos «women's studies», *A history of their own* de B. S. Anderson e J. P. Zinsser e *Connecting Spheres* de M. J. Boxer e J. H. Quataert ⁽¹⁵⁾, esquematiza, em termos simples, as vias seguidas e que possibilitam inserir «as mulheres» nos quadros da história geral: uma que consiste em criar um novo campo do saber, uma nova disciplina autónoma e específica; outra que procura integrar os conhecimentos que se vão adquirindo da história das mulheres «nas narrações políticas e económicas tradicionais».

Estas perspectivas, apesar de metodologicamente inovadoras, merecem-lhe algumas observações críticas.

Se, relativamente à primeira obra, salienta como o seu grande mérito, a ausência da dimensão cronológica substituída por um esquema espacial que permite acompanhar ao longo do tempo as permanências e as mudanças da situação das mulheres (as mulheres no espaço rural, no espaço urbano, nos castelos da nobreza feudal, nas cortes das monarquias absolutas, nos salões, nas cidades industriais, etc.), bem como a pluralidade de pontos de vistas expostos pelo frequente recurso à interdisciplinaridade, sobretudo aos contributos da antropologia e da sociologia, adianta, como seu grande inconveniente, o carácter redutor e simplista da análise de algumas temáticas e a legitimação de uma história específica das mulheres só pelo facto de se nascer mulher.

Quanto à segunda obra, *Connecting Spheres*, objectivamente um «manual integrativo» ⁽¹⁶⁾, peca, no entender daquela historiadora, pelo seu carácter generalizante. Os temas inserem-se nos quadros históricos convencionais, não modificando a perspectiva historiográfica: as mulheres e a Reforma; as mulheres e o estado absoluto, as mulheres e a revolução científica, etc., etc. E conclui Gianna Pomata: «escrever um manual de história da mulher é, como se vê, uma empresa difícil e espinhosa» ⁽¹⁷⁾. Sem dúvida que o é.

Independentemente das fórmulas ou das metodologias adoptadas, a questão central que aqui se coloca é de saber como se deve, ou como se pode, conciliar uma história que é eminentemente particular – a história das mulheres – com os objectivos universais dos programas de história. Com efeito, qualquer programa tem que utilizar critérios suficientemente amplos e abstractos para poder organizar todo o material informativo.

Ora, se esta «universalidade» tem sido conseguida à custa da ausência das mulheres como as considerar sem se tomar numa «história à parte», verdadeiro «guetto» que tantas historiadoras temem? Como se pode, «reescrever» os programas de história actualmente em vigor tendo em conta o critério da diferença de sexos?

Se se trata, de «ver a outra face, a face até aqui obscura, esquecida», como escrevia José Mattoso, «impõe-se começar pelas zonas de contacto entre o masculino e o feminino» (18). O largo espaço concedido à vida quotidiana permite que, sem grandes alterações aos conteúdos programáticos, se mencionem a diferente repartição de espaços, papéis e funções atribuídas a cada sexo ou alguns aspectos da cultura feminina. Assim, tomando como exemplo o subtema *Portugal na 2.ª metade do século XIX* do Programa do 2.º ciclo do ensino básico que destaca numa das alíneas *A vida quotidiana no campo e nas grandes cidades* (19), poder-se-ão referir as diferentes funções desempenhadas pelos homens e pelas mulheres na família (burguesa, operária e rural), na actividade agrícola; a progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho industrial e as reacções provocadas; o diferente acesso à instrução; o papel desempenhado pela criação de novos espaços de sociabilidade urbana na promoção de formas de convívio heterossexual ou mesmo o carácter diferencial das associações masculinas e femininas, entre tantos outros aspectos.

Porém, há que ter sempre presente que, qualquer que seja a matéria ou o período cronológico em causa, a história das mulheres não obedece a um percurso linear, com vista à conquista da autonomia e igualdade femininas, balizado por combates heróicos e figuras exemplares. Este tem avanços e recuos, progressos e atrasos. Assim, e a título meramente ilustrativo, à relativa indistinção sexual que caracterizou tantas profissões femininas na Idade Média sucedeu o seu relativo acantonamento num leque restrito de profissões que só se tenderá a alargar em meados do século passado.

Recusa, pois, de concepções lineares do «progresso» feminino, recusa igualmente de visões miserabilistas que retiram às mulheres todos e quaisquer poderes nas sociedades do passado. Estas sempre tiveram poderes. É certo que privados e reservados à vida familiar. Como é que estes se conjugavam ou confrontavam com o poder político, isto é, masculino é que é a questão principal que convém colocar aos programas de história. Como é que importantes documentos legislativos como, por exemplo, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1798, ou determinados acontecimentos, como a Revolução liberal de 1820,

foram vividos pelas mulheres? Que consequências tiveram para o seu quotidiano? Que alterações viriam a provocar na distribuição de papéis que a sociedade lhes atribuíra? Interrogar as práticas sociais, os discursos, as representações, as imagens, é, em meu entender, a perspectiva metodológica que se deve adoptar. Em suma, questionar os programas de história, repensar os conteúdos à luz da dialéctica masculino – feminino.

Tornar visível as mulheres nos programas de história passa ainda por um outro caminho: o recurso a biografias femininas ou, pelo menos, a referência a individualidades femininas que, de algum modo, contribuíram para mudar a sociedade. Cientistas, educadoras, rainhas, «patriotas», jornalistas, sufragistas, estrategas políticas, enfim, mulheres, portuguesas ou estrangeiras que, de formas diversas, intervieram na sociedade do seu tempo. Mencioná-las é não só uma questão de justiça relativa mas também um meio de proporcionar imagens valorativas femininas, tão importantes para jovens ainda em formação.

Em conclusão

Elementos essenciais no processo de transmissão de cultura, os programas oficiais de história não se limitam a ter objectivos cognitivos. Estes transmitem valores e ideologias que, embora nem sempre sejam conscientemente assumidos, procuram habilitar o aluno «para o exercício pleno e consciente da cidadania», como reza a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Preparar o cidadão é, sem dúvida, uma exigência justa e legítima. Mas é importante ter presente que o exercício da cidadania passa também pela valorização do papel das mulheres na sociedade, sejam as actuais, sejam as do passado, e que, nos programas escolares, sob a capa de um discurso objectivo e universal, têm sido marginalizadas.

Urge, pois, divulgar o papel das mulheres na história; compreender as etapas do seu caminhar, mas sempre numa íntima ligação com a totalidade da cultura humana. Talvez assim os programas de história possam ser verdadeiramente universais...

NOTAS

- (1) Alain Choppin, *Manuels scolaires: histoire et actualité*, Paris, Hachette, 1992, p. 164.
- (2) Sérgio Campos Matos «O manual de história como lugar de memória», *O estudo da história*, n.º 7-8-9 (II série), 1988-89, p. 134.

- (3) *Comment on raconte l'Histoire aux enfants à travers le monde entier*, Paris, Payot, 1983, p. 7.
- (4) Maria Carlos Radich, *Temas de história em livros escolares*, Porto, Edições Afrontamento, 1979, pp. 39-40.
- (5) Mais concretamente são os seguintes os programas de história analisados: *Programa História e Geografia de Portugal*, Plano de organização do ensino aprendizado, vol. II, Ensino Básico, 2º ciclo, Lisboa, Ministério da Educação, Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário, 1991; *Programa História*, Plano de organização do ensino aprendizado, vol. II, Ensino Básico, 3º ciclo, Lisboa, Ministério da Educação, Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário, 1992; *História*, Organização curricular e programa, Ensino Secundário, 2º ciclo, Lisboa, Ministério da Educação, Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário, 1991.
- (6) Entre outros salientem-se os seguintes estudos: Sérgio Campos Matos, *História, mitologia, imaginário nacional*. A história no curso dos liceus (1895-1939), Lisboa, Livro Horizonte, 1990 e Luís Reis Torgal, «A Revolução Francesa no ensino da História em Portugal», *Revista de História das Ideias*, nº 10, Coimbra, Faculdade de Letras, 1988, pp. 593-637.
- (7) Na sequência de uma resolução tomada em 1975, ano internacional da mulher, pela *Conferência Mundial do México*, foram publicados, em Portugal, alguns estudos que denunciavam os preconceitos sexistas e os estereótipos sexuais contidos nos manuais escolares. De entre os estudos então publicados, refira-se o trabalho de Ivone Leal intitulado *A imagem feminina nos manuais escolares*, Lisboa, Cadernos Condição Feminina, nº 11, 1979, e o de Eugénio Brandão, *Estereótipos sexuais em manuais escolares*, Lisboa, Cadernos Condição Feminina, nº 9, 1979. Mais recentemente é de destacar, pela perspectiva metodológica adoptada, o interessante estudo de Helena Costa Araújo, «Uma outra visão sobre o professorado em Portugal», *Colóquio Educação e Sociedade*, nº, pp. 161-183.
- (8) A par de outros grandes temas: o nacionalismo e o patriotismo, o colonialismo e as minorias étnicas, Alain Choppin, *L'histoire des manuels scolaires. Un bilan bibliométrique de la recherche française*, *Histoire de l'Education*, nº 58, Mai 1993, pp. 182-183.
- (9) 5 vols, Paris, 1985-1987 (tradução portuguesa com revisão científica de Armando Luís de Carvalho Homem, *História da vida privada*, Lisboa, Afrontamento/Círculo de Leitores, 1991).
- (10) Dirigido por Georges Duby e Michelle Perrot, 5 vols., Paris, 1985-1987 (tradução portuguesa com revisão científica de Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota, *História das mulheres no Ocidente*, Porto, Afrontamento, 1993).
- (11) *Mulheres em Portugal*. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Instituto de Ciências Sociais, Análise Social, 3ª série, vol. XXII, núm. 92-93, 1986, 3º - 4º; *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, Colóquio 20-22 de Março de 1985, 2 vols., Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986.
- (12) Clara Ascensão dos Santos de Moura Lourenço, *Símbolo, ciência, discursos e relações sociais de sexo - Subsídio teórico para um debate sobre a igualdade de oportuni-*

dades educativas entre rapazes e raparigas, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação apresentada à FPCE da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 105.

(13) José Mattoso, «Investigação sobre a mulher em Ciências Sociais e Humanas: tópicos para uma reflexão» «Na história», Seminário de Estudos sobre a Mulher, *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, nº 1-2, Janeiro/Junho 1984, ano X, p.83.

(14) «Storia particolare e storia universale: in margine ad alcuni manuali di storia delle donne», *Quaderni Storice*, nuova serie, 74, nº 2, agosto 1990, *Storia delle donne*, pp. 341-385.

(15) B. S. Anderson e J. P. Zinsser, *A history of their own: women in Europe from prehistory to the present*, vol. II, New York, 1988-90; M. J. Boxer e J. H. Quataert, *Connecting Spheres: women in western world, 1500 to the present*, New York, 1987.

(16) *Art. cit.*, p. 368.

(17) *Art. cit.*, p. 374.

(18) *Art. cit.*, p. 83.

(19) *Programa História e Geografia [...]*, p. 29

RESUME

Theme: de l'invisibilité des femmes dans les programmes d'Histoire.

Methodologie: exposition orale, suivie de débat.

DIGEST

Theme: Women's invisibility in the curricula of historical subjects.

Method: Oral presentation followed by discussion.